Apesar da regularidade quanto à aplicação mínima na Saúde, merece atenção, mais uma vez, a não operacionalização do Fundo Municipal de Saúde (FMS), de acordo com a legislação específica, visto que sua contabilização é feita apenas pelas Despesas, não havendo a demonstração da movimentação de todas as Receitas Vinculadas, o que impossibilita a verificação da Disponibilidade de Caixa e da Vinculação de Recursos, em descumprimento às regras estabelecidas no parágrafo único do art. 8º e no inciso I do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2001, e levou a Auditoria a utilizar apenas os valores liquidados. Essa situação já foi apontada em auditorias anteriores e vem constando como recomendação nos Relatórios das Contas do Executivo de forma reiterada, tendo sido objeto de Determinação desde o julgamento das Contas de 2010, porém até agora não atendida.

No PPA 2014-2017, foram empenhados, até 2017, 102,5% do total planejado. Na execução orçamentária/2017, os valores liquidados na Função Saúde (R$ 9,99 bilhões), no exercício de 2017, foram 2,4% superiores aos gastos no exercício anterior, em termos reais. Dois programas representam a quase totalidade da Função Saúde: "Suporte administrativo", que dá suporte à gestão e pagamento de pessoal da rede própria de saúde, concentrando 26,8% dos recursos liquidados na Função, e "Ações e serviços de saúde", reunindo 73,1% dos recursos liquidados.

Quadro 11.6 - Lei Orçamentária Anual (LOA) 2017 (Em R$ mil)

Programas de Governo	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Execução % E = (D/A)	% s/ Total (D)	
3003	Ações e serviços da saúde	6.748.267,3	8.010.031,6	7.619.772,5	7.305.387,3	108,3	73,1
3024	Suporte Administrativo	3.082.615,7	2.888.387,3	2.714.822,7	2.675.897,9	86,8	26,8
Subtotal		9.830.883,0	10.898.418,9	10.334.595,2	9.981.285,2	101,5	99,9
Outros		78.773,6	32.864,9	14.664,6	13.253,6	16,8	0,1
Total		9.909.656,6	10.931.283,8	10.349.259,8	9.994.538,8	100,9	100,0

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls.242

PROGRAMA AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Na realização do programa "Ações e serviços de saúde" foram liquidados 108,3% dos recursos previstos na LOA. A LOA previu inicialmente R$ 438,7 milhões para os investimentos em construção, ampliação e reforma em unidades e hospitais, sendo, contudo, liquidados apenas R$ 64,4 milhões (14,7%). Por sua vez, quanto às atividades, foram liquidados R$ 7,2 bilhões (114,8%).

Quadro 11.7 - Execução orçamentária por projetos/atividades (Em R$ mil)

Exercício de 2017

Programa 3003 - Ações e Serviços de Saúde

Projeto/Atividade	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
4125 - Operação e Manutenção para Atendimento Ambulatorial Básico, de Especialidades e de Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia	2.695.789,90	3.713.218,01	3.653.388,45	3.652.364,77	135,5
4103 - Operação e Manutenção das Unidades Hospitalares, Pronto Socorros e Pronto Atendimento	1.874.113,97	2.225.087,93	2.102.261,40	1.951.878,51	104,1
4113 - Sistema Municipal de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS	772.160,00	824.116,46	810.507,98	810.107,98	105,0
4106 - Operação e Manutenção da Assistência Farmacêutica	255.841,79	335.133,41	326.185,92	280.204,51	109,5
Outros	711.671,20	764.776,59	620.769,17	546.452,83	76,8
Total de Atividades	6.309.576,86	7.862.332,40	7.513.112,92	7.241.008,60	114,8
3366 - Construção e Instalação de Hospitais	120.000,00	73.102,76	73.102,76	56.676,30	47,2
3101 - Construção, Ampliação e Reforma de Equipamentos de Saúde	10.000,00	18.223,77	12.983,62	6.095,87	61,0
3369 - Construção e Reformas para a Instalação de Unidades de Pronto Atendimento	124.121,07	18.649,88	11.404,19	1.606,51	1,3
Outros	184.569,40	37.722,82	9.169,03	0	0
Total de Projetos	438.690,47	147.699,23	106.659,60	64.378,68	14,7
Total	6.748.267,32	8.010.031,63	7.619.772,52	7.305.387,28	108,3

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls.243

A oferta de serviços de saúde, por meio de Convênios ou Contratos de Gestão, representou 49,4% do valor liquidado da Função Saúde, o que evidencia a política municipal de progressiva terceirização desses serviços, já que os gastos executados com tais entidades vêm crescendo nos últimos exercícios, saltando de 58%, em 2015, para os atuais 67,5% dos gastos totais com o programa "Ações e serviços de saúde".

Quadro 11.9 - Execução orçamentária por modalidade de Despesa

Modalidades de Despesa - Programa "Ações e Serviços de Saúde"	Valor (em mil R$)	% s/ Total
Transferência a Entidades sem Fins Lucrativos (modalidade 50)	4.929.880,8	67,5
Aplicação Direta (modalidade 90)	2.375.506,5	32,5
TOTAL GERAL	7.305.387,3	100,0

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls.246

A despeito da relevância que tais serviços vêm assumindo na saúde municipal, permanecem as pendências já apontadas, desde exercícios anteriores, acerca do sistema de controle e resultados dos recursos públicos repassados às entidades sem fins lucrativos, seja em relação aos Contratos de Gestão ou em relação aos Convênios, no que tange ao controle financeiro, e à respectiva produção e seus custos.

No exercício 2017, existiam 32 Contratos de Gestão vigentes e voltados ao gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde, dos quais 22 foram lavrados entre os anos de 2014 e 2016. No entanto, mantêm-se as deficiências estruturais no sistema de controle e avaliação dos Contratos de Gestão, ocasionadas pela falta de estrutura de pessoal para controle, pelas limitações e falhas do sistema WebSAASS (Sistema de Informação de Acompanhamento e Avaliação dos Serviços de Saúde), bem como pela não realização nem mesmo de análise financeira formal sobre as prestações de contas dos contratos pela Coordenadoria de Parcerias e Contratação de Serviços de Saúde, consubstanciadas na simples verificação de entrega, além da precariedade e desvirtuamento nos controles de qualidade.

Apesar da substituição gradativa dos Convênios pelos Contratos de Gestão, ainda restavam 21 ajustes conveniais ativos, em 2017. Seu sistema de controle também se mostrou deficiente na medida em que é realizado manualmente, diante da falta de um sistema informatizado implantado para essa finalidade, cabendo destacar, ainda, a ausência de controle financeiro concomitante, com a maioria das análises dos convênios ocorrendo após o seu término. Por esta razão, as determinações exaradas por esta Corte a respeito do tema, já no exercício de 2014, permanecem não cumpridas pela Administração.

Ademais, verificam-se diversos problemas relativos à gestão dos medicamentos. Em nenhum mês, entre fevereiro e dezembro de 2017, houve estoque de todos os 263 itens constantes da listagem dos medicamentos para dispensação à população na Rede Básica e de Especialidades. A quantidade máxima de medicamentos zerados ocorreu em fevereiro de 2017 (124 itens) e a mínima em março de 2017 (63 itens), sendo que, em dezembro de 2017, 92 itens constavam em estoque. Ademais, há desabastecimento rotineiro de medicamentos em todas as unidades da Autarquia Hospitalar Municipal, reflexo do deficiente controle de estoque da AHM, que apresenta falhas no sistema informatizado utilizado, bem como na reposição de estoques, nas condições de armazenamento e na movimentação de materiais e remédios.

Por sua vez, a doação de medicamentos para a PMSP é fruto de ações pontuais, tendo contribuído, dentro desse contexto limitado, para mitigar a escassez. Contudo, nessa ação, foram identificadas falhas nos controles sobre as entradas em estoque de medicamentos doados, sobre os quantitativos efetivamente distribuídos à população, e os descartados em razão de sua validade, questão que também careceu de regras sobre a responsabilidade pela incineração desses medicamentos doados.

INDICADORES DE DESEMPENHO

As informações mais recentes prestadas pela SMS apresentam alterações de dados decorrentes de mudanças nos métodos de seu tratamento ou de correções realizadas.

Os indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos de saúde estabelecidos pela Lei Municipal nº 14.173/06 são disponibilizados com atraso de pelo menos um ano. Observo que tal questão já foi objeto de Determinação desta Corte, motivo pelo qual fica reiterada a Determinação nº 262 do Sistema Diálogo.

Na Atenção Básica, dos oito indicadores selecionados, sete tiveram resultados positivos, de 2016 para 2017.

Quadro 11.10 - Indicadores da atenção básica

Indicadores	2014	2015	2016	2017	Var. % 17/14	Var. % 17/16
Proporção de internações por causas sensíveis à atenção primária	23,9	23,4	23,1	23,3[1]	-2,5	0,9
Proporção de sete ou mais consultas de pré-natal de mães residentes (%)	75,1	76,0	77,9	80,7	7,5	3,6
Razão de exames de mamografia de rastreamento realizadas em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária	0,27	0,25	0,26	0,30[1]	11,1	15,4
Razão de exames citopatológico do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	0,49	0,46	0,49	0,45[1]	-8,2	-8,2
Casos Notificados de Dengue	29.003	100.438	16.283	802[1]	-97,2	-95,1
Casos Notificados de Tuberculose	5.655	5.890	5.546	4.372[1]	-22,7	-21,2
Casos Notificados de Hanseníase	158	169	130	89[1]	-43,7	-31,5
Casos Notificados de AIDS	2.505	2.248	2.167	1.885[1]	-24,8	-13,0

[1] Dados preliminares ou provisórios

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls.250

O número de equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) permanece praticamente o mesmo desde 2014, com pequeno aumento do percentual da população coberta (34% para 36,6%).

Quadro 11.11 - Quantidade de equipes ESF da PMSP

Categorias	2014	2015	2016	2017	Var. % 17/14	Var. % 17/16
Equipes completas	1.189	1.135	1.260	1.274	7,1	1,1
Equipes incompletas	114	157	66	59	-48,2	-10,6
Total	1.303	1.292	1.326	1.333	2,3	0,5

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls.251

O tempo para a realização de consultas na Atenção Básica apresentou aumento de três dias na média das consultas infantis e de adultos.

Quadro 11.13 - Tempo médio para a realização de consultas na atenção básica (Em dias)

Tempo médio em dias para atendimento de consultas	2014	2015	2016	2017	Var. % 17/14	Var. % 17/16
Adulto	31	29	29	32	3,2	10,3
Criança	26	25	25	27	3,8	8,0
Total geral	29	28	28	31	6,9	10,7

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls.252

Por outro lado, as Taxas de Absenteísmo apresentaram diminuição de 2,4% ao longo de quatro anos, mas ainda são altas, mantendo-se em torno de 28%, diante da meta de 10% a 15% indicada nas diretrizes operacionais da SMS.

Quadro 11.14 - Taxa de absenteísmo em consultas médicas na Atenção Básica

Grupo/ faixa etária	2014	2015	2016	2017	Var. % 17/14	Var. % 17/16
Adulto	28,7	27,4	27,6	27,9	-2,8	1,1
Criança	29,9	29,3	29,3	29,7	-0,7	1,4
Total geral	29,0	27,9	28,0	28,3	-2,4	1,1

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls.252

Vale ressaltar que foi julgada, por este TCM, Auditoria Extraplano no Sistema SIGA-Saúde (nota 11), incluindo análise sobre o Corujão da Saúde, tendo sido encontradas fragilidades e inconsistências que ensejaram 12 determinações à Secretaria Municipal de Saúde. Das constatações, destacam-se as seguintes: o SIGA-Saúde não possui documentos do sistema fundamentais (nota 12) para sua eficiente operacionalização, manutenção, gestão, e eventuais fiscalizações, bem como análise segura das informações contidas no banco de dados do SIGA; inconsistências nos registros da Base de Dados que podem prejudicar a fidedignidade das informações; ao final do ano de 2016 o tamanho da fila de espera por agendamento de exames da Agenda Regulada (nota 13) era de 588.320 solicitações; dentre os meses analisados, o que apresentou o menor tamanho da fila foi Março de 2017, com 194.041 solicitações em espera; a partir de abril de 2017 foi identificado ocorrência de um novo aumento no tamanho da fila de espera; no período analisado, outubro de 2016 a maio de 2017, foram registradas 1.251.026 saídas da fila de espera por motivo de agendamento, das quais 912.937 no período de janeiro a maio de 2017; foram identificadas 100.739 solicitações consideradas "agendadas", mas que não constam na tabela "atendimentos", na qual ficam os registros que possuem data prevista para realização; foram realizados 1.025.814 exames, dos quais 482.999 foram derivados de solicitações oriundas da fila pelo registro no sistema; para todos os meses analisados, o tempo médio de espera entre a entrada na fila e a efetiva realização do exame ficou entre três e quatro meses; a taxa de absenteísmo verificada no período foi de aproximadamente 30% para os exames nos quais a solicitação passou pela fila de espera; em janeiro de 2017, 112.260 solicitações foram efetivamente retiradas da fila por ter sido o paciente encaminhado para reavaliação acerca da necessidade do procedimento; de janeiro a maio de 2017, período de vigência do "Corujão da Saúde" analisado, a quantidade média mensal de saídas da fila de espera, em razão de agendamentos e de exames realizados aumentou, respectivamente, 62% e 55%; não há mecanismos no sistema que possibilitem relacionar diretamente as quantidades de consultas médicas com o número de exames realizados; a quantidade média mensal de consultas realizadas pela Agenda Regulada nos meses de janeiro a maio de 2017 ficou em patamar aproximadamente apenas 5% superior ao verificado na média mensal de outubro a dezembro de 2016.

Vale ressaltar que o Sistema SIGA Saúde representou um grande avanço para o gerenciamento da saúde no município, na medida em que permite o controle unificado da fila de espera para procedimentos de saúde, garante que a fila de espera seja respeitada, impedindo interferências externas, e permite a geração de dados essenciais para a gestão da saúde municipal. Nesse sentido, a SMS deve buscar o aprimoramento do sistema, garantindo uma maior confiabilidade dos dados e relatórios gerados.

Na Atenção hospitalar, foram analisados dados de 18 hospitais municipais, sendo 12 geridos pela Autarquia Hospitalar Municipal, e, 6, por Organizações Sociais.

Os leitos operacionais (nota 14) apresentaram variações expressivas, positivas e negativas, em diversos hospitais.

Quadro 11.15 - Leitos operacionais

Categorias	Região	2014	2015	2016	2017	Var. % 17/14	Var. % 17/16
HM Infantil Menino Jesus	Centro-Oeste	57	53	59	70	22,8	18,6
HM Mario Degni	Centro-Oeste	58	63	62	61	5,2	-1,6
HM Alípio Corrêa Neto	Leste	269	273	264	279	3,7	5,7
HM Tide Setubal	Leste	172	164	173	166	-3,5	-4,0
HM Waldomiro de Paula	Leste	185	182	167	170	-8,1	1,8
HM José Soares Hungria	Norte	105	109	106	105	0,0	-0,9
HM Alexandre Zaio	Sudeste	42	42	42	37	-11,9	-11,9
HM Arthur Ribeiro de Saboya	Sudeste	176	176	181	184	4,5	1,7
HM Benedicto Montenegro	Sudeste	55	53	54	51	-7,3	-5,6
HM Cármino Caricchio	Sudeste	349	330	363	366	4,9	0,8
HM Ignácio Proença de Gouvêa	Sudeste	92	100	93	98	6,5	5,4
HM Fernando Mauro Pires da Rocha	Sul	366	296	253	256	-30,1	1,2
Subtotal sob gestão da AHM		1.926	1.841	1.817	1.843	-4,3	1,4
HM Carmen Prudente	Leste	228	285	268	284	24,6	6,0
HM Mário de Moraes Altenfelder Silva	Norte	169	169	169	167	-1,2	-1,2
HM São Luiz Gonzaga	Norte	177	175	159	176	-0,6	10,7
HM Vereador José Storópolli	Norte	184	183	182	181	-1,6	-0,5
HM Moyses Deutsch	Sul	230	241	242	246	7,0	1,7
Subtotal sob gestão das OSs		988	1.053	1.020	1.054	6,7	3,3
Total		2.914	2.894	2.837	2.897	-0,6	2,1

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls.254/255.

Pelo menos 6 hospitais atuaram acima da capacidade instalada (nota 15) e o Hospital Municipal Mário Degni foi, novamente, o mais subutilizado.

Quadro 11.16 - Leitos operacionais sobre leitos instalados (%)

Categorias	Região	2014	2015	2016	2017	Var. % 17/14	Var. % 17/16
HM Infantil Menino Jesus	Centro-Oeste	114,2	105,6	112,4	109,4	-4,2	-2,7
HM Mario Degni	Centro-Oeste	71,9	77,4	76,3	75,3	4,7	-1,3
HM Alípio Corrêa Neto	Leste	96,0	97,4	94,3	99,6	3,7	5,6
HM Tide Setubal	Leste	99,8	95,5	100,6	96,5	-3,3	-4,1
HM Waldomiro de Paula	Leste	103,2	101,9	93,1	95,0	-7,9	2,0
HM José Soares Hungria	Norte	102,7	107,1	104,2	102,9	0,2	-1,2
HM Alexandre Zaio	Sudeste	100,0	100,0	100,0	97,4	-2,6	-2,6
HM Arthur Ribeiro de Saboya	Sudeste	83,7	84,4	89,7	91,5	9,3	2,0
HM Benedicto Montenegro	Sudeste	117,8	105,4	103,8	102,0	-13,4	-1,7
HM Cármino Caricchio	Sudeste	93,2	84,9	92,6	93,4	0,2	0,9
HM Ignácio Proença de Gouvêa	Sudeste	102,4	103,2	93,4	98,0	-4,3	4,9
HM Fernando Mauro Pires da Rocha	Sul	128,9	110,4	98,9	100,0	-22,4	1,1
Subtotal sob gestão da AHM		100,7	96,0	95,1	96,2	-4,5	1,2
HM Carmen Prudente	Leste	100,1	129,4	117,8	124,6	24,5	5,8
HM Mário de Moraes Altenfelder Silva	Norte	98,3	99,3	98,0	97,1	-1,2	-0,9
HM São Luiz Gonzaga	Norte	103,3	102,1	93,2	102,9	-0,4	10,4
HM Vereador José Storópolli	Norte	99,6	98,6	98,8	98,4	-1,2	-0,4
HM Moyses Deutsch	Sul	96,7	100,3	100,9	102,5	6,0	1,6
Subtotal sob gestão das OSs		99,4	106,6	102,5	105,9	6,5	3,3
Total		100,3	99,6	97,7	99,6	-0,7	1,9

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls.256

Diante da revogação da Portaria nº 101/2002-MS pela Portaria GM/MS nº 1.631/15, os parâmetros rígidos para a taxa de ocupação instalada, anteriormente estabelecidos entre 80 a 85%, deixaram de ser aplicados, tornando, assim, prejudicada a determinação nº 46 do Diálogo.

Quadro 11.17 - Taxa de ocupação instalada (%)

Categorias	Região	2014	2015	2016	2017	Var. % 17/14	Var. % 17/16
HM Infantil Menino Jesus	Centro-Oeste	97,1	93,7	96,2	98,9	1,9	2,8
HM Mario Degni	Centro-Oeste	64,5	67,8	67,0	65,2	1,1	-2,7
HM Alípio Corrêa Neto	Leste	82,3	82,8	79,1	84,2	2,3	6,4
HM Tide Setubal	Leste	85,1	86,7	87,7	84,2	-1,1	-4,0
HM Waldomiro de Paula	Leste	75,3	77,5	70,6	72,1	-4,2	2,1
HM José Soares Hungria	Norte	86,5	84,9	86,9	83,1	-3,9	-4,4
HM Alexandre Zaio	Sudeste	78,5	75,0	70,0	66,4	-15,4	-5,1
HM Arthur Ribeiro de Saboya	Sudeste	71,2	71,2	71,3	75,8	6,5	6,3
HM Benedicto Montenegro	Sudeste	106,8	83,1	85,3	78,5	-26,5	-8,0
HM Cármino Caricchio	Sudeste	81,9	76,4	74,6	76,9	-6,1	3,1
HM Ignácio Proença de Gouvêa	Sudeste	81,3	86,6	73,9	83,4	2,6	12,9
HM Fernando Mauro Pires da Rocha	Sul	121,5	100,7	87,8	93,5	-23,0	6,5
Subtotal sob gestão da AHM		86,0	82,2	79,2	80,2	-6,7	1,3
HM Carmen Prudente	Leste	76,2	79,9	78,9	78,3	2,8	-0,8
HM Mário de Moraes Altenfelder Silva	Norte	76,3	77,1	78,0	82,3	7,9	5,5
HM São Luiz Gonzaga	Norte	82,6	68,7	71,3	93,1	12,7	30,6
HM Vereador José Storópolli	Norte	67,3	64,3	63,8	64,1	-4,8	0,5
HM Moyses Deutsch	Sul	83,0	87,8	86,6	90,7	9,3	4,7
Subtotal sob gestão das OSs		77,1	75,6	75,7	81,7	6,0	7,9
Total		83,4	80,2	78,2	80,6	-3,4	3,1

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls.257

A taxa de mortalidade dos hospitais municipais sofreu, no geral, redução de 13,2%, em relação a 2014, e de 8,2%, em relação a 2016. Todavia, em alguns hospitais, essa taxa cresceu significativamente, requerendo a devida apuração.

Quadro 11.18 - Taxa de mortalidade institucional (%)

Categorias	Região	2014	2015	2016	2017	Var. % 17/14	Var. % 17/16
HM Infantil Menino Jesus	Centro-Oeste	0,9	1,3	0,8	1,0	11,1	25,0
HM Mario Degni	Centro-Oeste	1,5	1,3	1,0	1,6	6,7	60,0
HM Alípio Corrêa Neto	Leste	3,7	2,9	3,1	3,0	-18,9	-3,2
HM Tide Setubal	Leste	4,8	3,4	2,5	2,6	-45,8	4,0
HM Waldomiro de Paula	Leste	3,0	2,7	3,4	2,4	-20,0	-29,4
HM José Soares Hungria	Norte	6,3	5,8	6,1	4,5	-28,6	-26,2
HM Alexandre Zaio	Sudeste	5,5	3,8	3,5	1,9	-65,5	-45,7
HM Arthur Ribeiro de Saboya	Sudeste	3,6	3,4	3,8	4,8	33,3	26,3
HM Benedicto Montenegro	Sudeste	6,8	5,0	7,6	6,1	-10,3	-19,7
HM Cármino Caricchio	Sudeste	5,5	4,7	7,6	7,2	30,9	-5,3
HM Ignácio Proença de Gouvêa	Sudeste	6,4	5,7	6,2	5,4	-15,6	-12,9
HM Fernando Mauro Pires da Rocha	Sul	5,0	4,9	4,2	4,2	-16,0	0,0
Subtotal sob gestão da AHM		4,4	3,7	4,2	3,7	-15,9	-11,9
HM Carmen Prudente	Leste	2,2	2,3	2,2	2,2	0,0	0,0
HM Mário de Moraes Altenfelder Silva	Norte	0,4	0,4	0,5	0,4	0,0	-20,0
HM São Luiz Gonzaga	Norte	4,6	3,6	4,1	5,4	17,4	31,7
HM Vereador José Storópolli	Norte	2,3	2,0	1,9	1,4	-39,1	-26,3
HM Moyses Deutsch	Sul	2,4	2,3	2,8	2,6	8,3	-7,1
Subtotal sob gestão das OSs		2,4	2,1	2,3	2,4	0,0	4,3
Total		3,8	3,3	3,6	3,3	-13,2	-8,2

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls.258

INDICADORES DE PRODUÇÃO DE SERVIÇOS

Houve um aumento, nos últimos quatro anos, de 67% no número de consultas médicas nas UBS, e diminuição de 86,7% nas AMA 12 horas. Contudo, cabe destacar que os dados das UBS absorvem, a partir de setembro de 2015, os dados das unidades AMA/UBS Integradas, demonstrando uma mudança no modelo de serviços de saúde. Já os ambulatórios de especialidades vêm sendo parcialmente substituídos pela Rede Hora Certa, que aumentou o número de suas consultas progressivamente nos últimos anos (204%).

Quadro 11.19 - Consultas médicas por tipo de estabelecimento

Tipo de estabelecimento	2014	2015	2016	2017	Var. % 17/14	Var. % 17/16
UBS	8.063.963	9.269.763	13.288.664	13.472.389	67,1	1,4
AMA 12 horas	5.831.836	3.609.527	913.799	774.719	-86,7	-5,2
AMA Especialidades	850.344	835.088	737.180	669.259	-21,3	-9,2
Amb. De Especialidades próprios	509.873	455.066	460.927	394.025	-22,7	-14,5
Hospital Dia - Hora Certa	315.685	651.302	831.412	962.608	204,9	15,8
Hora Certa – Contratada/ Conveniada	250.053	259.687	328.674	632.619	153,0	92,5

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls.259

Os resultados dos cinco tipos de atendimento de profissionais específicos da saúde evidenciaram um aumento considerável nos últimos quatro anos, destacando-se a fisioterapia geral (203%) e fonoaudiologia (95,2%).

Quadro 11.20 - Atendimentos de profissionais da saúde

Profissionais	2014	2015	2016	2017	Var. % 17/14	Var. % 17/16
Cirurgião dentista	1.716.914	1.922.028	2.456.954	2.189.905	27,5	-10,9
Fonoaudiólogo	213.015	318.161	373.721	415.750	95,2	11,2
Fisioterapeuta geral	145.182	358.432	405.822	441.205	203,9	8,7
Psicólogo clínico	568.850	700.117	763.194	786.351	38,2	3,0
Terapeuta ocupacional	267.918	394.922	427.318	452.318	68,8	5,9

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls.260

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 13 de julho de 2018 às 02:38:15.